



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640075 - SP (2021/0012913-2)

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : CIBELE BERENICE DE AMORIM  
**ADVOGADO** : CIBELE BERENICE DE AMORIM - MS022443  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUIZ EDUARDO A BOTTURA  
**OUTRO NOME** : LUIZ EDUARDO AURICCHIO BOTTURA  
**CORRÉU** : ULISSES RAYMUNDO  
**CORRÉU** : VANNIAS DIAS DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ EDUARDO A BOTTURA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2281015-75.2020.8.26.0000).

O paciente foi denunciado pelo delito de uso de documento falso.

A impetrante sustenta que inexistente qualquer relação do paciente com a empresa que utilizou o suposto documento falso, aduzindo que ele nunca foi diretor, gerente, funcionário, sócio, acionista, administrador, preposto ou procurador em qualquer ato societário da empresa.

Alega que "*não se pode imputar a alguém crime de uso de documento falso em um processo, sem apontar provas da ciência sobre a 'falsidade' do documento*" (fl. 7).

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal, até o julgamento final deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para trancar a ação, ao menos em relação ao paciente ou, subsidiariamente, para reconhecer a inépcia formal e material da denúncia.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência